

No. 28624

**BRAZIL
and
ITALY**

Basic Agreement on economic, industrial, scientific-technological, technical and cultural cooperation. Signed at Rome on 17 October 1989

Authentic texts: Portuguese and Italian.

Registered by Brazil on 30 January 1992.

**BRÉSIL
et
ITALIE**

Accord-cadre relatif à la coopération économique, industrielle, scientifique et technologique, technique et culturelle. Signé à Rome le 17 octobre 1989

Textes authentiques : portugais et italien.

Enregistré par le Brésil le 30 janvier 1992.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO-QUADRO DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA, INDUSTRIAL, CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA, TÉCNICA E CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ITALIANA

PREÂMBULO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Italiana
(doravante denominados "Partes"),

No desejo de fortalecer e aprofundar as tradicionais relações entre os dois países, e tendo presente a significativa contribuição para o desenvolvimento e a economia do Brasil prestada pela importante e laboriosa coletividade de origem italiana que se fixou em seu território há mais de um século;

A luz do decisivo papel que o desenvolvimento econômico, a pesquisa científica e a modernização tecnológica desempenham na consolidação das instituições democráticas e no progresso social;

Considerando que o objetivo do desenvolvimento econômico deve ser buscado de forma sustentável, tendo presente a necessidade de assegurar a utilização racional dos recursos naturais em proveito das gerações presentes, sem prejuízo da conservação dos mesmos para as gerações futuras, e considerando ainda que o desenvolvimento sustentável implica a compatibilidade entre crescimento econômico equitativo e preservação do meio ambiente;

Cientes de que o fato de pertencer a Itália à Comunidade Européia, e o Brasil à América Latina, contribui para que os dois países se empenhem em intensificar estruturas regionais de integração, suscetíveis de contribuir de forma positiva para fortalecer os laços de cooperação entre as respectivas regiões e para favorecer a criação de uma ordem internacional mais equitativa, intensificando o diálogo entre as áreas regionais de competência;

Convencidos de que o sentimento de histórica e profunda solidariedade e amizade existente entre os dois países poderá ser intensificado através da cooperação econômica, industrial, científico-tecnológica, técnica e cultural, promovida por instrumentos originais e concretos, e

Considerando a necessidade de completarem-se, por meio de um Acordo-Quadro, as medidas já ajustadas mediante Acordos setoriais em matéria cultural, econômica, financeira, industrial e de cooperação técnica, científica e tecnológica e cultural, e com o objetivo de intensificarem-se os intercâmbios econômicos e os fluxos financeiros bilaterais,

Acordam o seguinte:

PRIMEIRA PARTE

Finalidade da Cooperação Bilateral

ARTIGO I

1. As Partes realizarão esforços para estimular a colaboração econômica, industrial, científica e tecnológica, técnica e cultural entre os dois países, através da promoção de relações econômicas e comerciais mais intensas, do aporte de investimentos diretos nos respectivos territórios e da realização de programas conjuntos tripartites renováveis que visem a promover a complementaridade entre empresas dos dois países.

2. Nesse sentido, conferirão particular realce à promoção de investimentos produtivos no Brasil, por parte de empresas italianas públicas ou privadas.

ARTIGO II

A colaboração prevista no presente Acordo não deverá limitar-se aos setores já explorados, mas ser ampliada através de operações no

campo das pequenas e médias empresas, as quais prestam significativa contribuição para o desenvolvimento econômico e social de ambos os países.

ARTIGO III

A fim de assegurar a realização dos objetivos do presente Acordo e de incrementar a colaboração econômica e industrial, as Partes empenhar-se-ão também em estimular a constituição, no Brasil, de sociedades mistas, fornecendo o amparo financeiro e tecnológico necessário através dos instrumentos de que dispõem, conforme as modalidades descritas no Artigo VII.

ARTIGO IV

As Partes assegurarão ainda, observados os respectivos dispositivos legais, as condições jurídicas e econômicas adequadas para garantir tratamento justo e imparcial aos investimentos públicos e privados da outra Parte, no que diz respeito ao Artigo VIII do presente Acordo.

ARTIGO V

As Partes darão particular atenção e terão como objetivo a tomada de iniciativas ligadas à cooperação para a implementação de programas nacionais dedicados à utilização racional dos respectivos recursos naturais, à proteção do meio ambiente e à conservação dos respectivos ecossistemas, inclusive por meio de incentivos ao intercâmbio de tecnologias não poluidoras e de tecnologias específicas para a proteção ambiental.

SEGUNDA PARTE

Instrumentos para Promover a Cooperação

ARTIGO VI

1. Com vistas a alcançar os objetivos acima expostos, a Parte italiana atuará no sentido de favorecer a exportação de bens de capital, mediante:

- a) a garantia de créditos à exportação;
- b) a autorização, nos organismos de crédito, da concessão de créditos bancários na condição "consenso", no quadro dos acordos intergovernamentais sobre a matéria.

2. A Parte italiana também atuará no sentido de favorecer a promoção de investimentos produtivos em empresas mistas ou de interesse comum. Tais investimentos, aos quais se atribuirá o máximo empenho, deverão estar em conformidade com a política italiana de seguros.

3. A fim de ampliar as possibilidades referentes às ações descritas nos parágrafos anteriores, as Partes identificarão os projetos que apresentem adequado nível de rentabilidade e garantias apropriadas de retorno dos financiamentos concedidos.

ARTIGO VII

1. Cada uma das Partes procurará promover e facilitar os investimentos de suas próprias empresas no mercado da outra Parte, com ênfase particular àqueles efetuados por pequenas e médias empresas também através da colaboração dos institutos bancários dos respectivos países.

2. A Parte italiana está disposta a utilizar, para tal fim tanto o instrumento do seguro de crédito, quanto os financiamentos facilitados disponíveis, nos termos da legislação italiana.

3. A Parte brasileira está disposta, com esse mesmo fim, a estimular o aporte de capitais e as iniciativas italianas, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, do Banco do Brasil e contando com o Sistema CEBRAE.

4. A Parte brasileira se empenhará no sentido de que as instituições dedicadas à promoção das exportações estimulem a penetração, em terceiros mercados, dos produtos de empresas mistas ou de interesse comum constituídas com base no presente Acordo.

ARTIGO VIII

1. Cada Parte comprometer-se-á, no âmbito de seu território respeitados os respectivos dispositivos legais em vigor, no que se refere aos investimentos e aos lucros dos investimentos da outra, a:

- a) conceder tratamento não menos favorável àquele reservado aos próprios cidadãos e aos investidores de terceiros países, qualquer que seja o tratamento mais favorável concedido com base em Acordos bilaterais;
- b) garantir o repatriamento dos lucros e a possibilidade de desinvestimento, e
- c) conceder ressarcimento justo em caso de expropriação.

2. As Partes se empenham, outrossim, em não utilizar mecanismos de proteção interna com intenção de obstaculizar os fins do presente Acordo.

ARTIGO IX

1. Todas as divergências e controvérsias que surgirem entre empresas brasileiras e italianas, decorrentes da execução do presente Acordo, serão resolvidas de forma amigável, em consonância com o Regulamento de Conciliação e Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional de Paris, com sede na 38, Cours Albert Ier 75.008, Paris, por um ou mais árbitros escolhidos, conforme o regulamento da mencionada Câmara.

2. Fica estipulado, desde já, que o local de arbitragem, o número de árbitros, a lei aplicável ao mérito da disputa, a lei processual aplicável e o idioma a ser usado serão fixados e determinados pelo regulamento estabelecido pela Câmara de Comércio Internacional de Paris.

3. As Partes concordam em ficar vinculadas à decisão desse juízo arbitral, e tomarão todas as medidas necessárias para conferir plena eficácia ao respectivo laudo.

ARTIGO X

As Partes considerarão prioritários os projetos geradores de divisas por meio de exportação de toda ou parte da produção derivada do investimento.

ARTIGO XI

As Partes acordam que os financiamentos concedidos por organismos financeiros internacionais ou regionais desempenham importante papel na promoção do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, especial prioridade será atribuída àqueles projetos que utilizem a modalidade de co-financiamento vinculado a organismos financeiros internacionais ou regionais.

TERCEIRA PARTE

Cooperação Científico-Tecnológica

ARTIGO XII

1. As duas Partes se comprometem a apoiar todas as formas de cooperação e de atividade em ciência e tecnologia, como também projetos de pesquisa e desenvolvimento.

2. Além dos instrumentos previstos nos demais Artigos do presente Acordo, as Partes acordam quanto à conveniência de elevar o nível de cooperação econômica, científica e tecnológica, mediante a identificação conjunta de uma "faixa de tecnologia avançada" que a Itália se compromete a fornecer ao Brasil por meio do apoio prioritário de iniciativas direcionadas à atualização tecnológica do parque industrial brasileiro, em particular a empresas de pequeno e médio porte.

ARTIGO XIII

1. Visando a intensificar a cooperação bilateral no campo da ciência e tecnologia, como previsto no Artigo XII, as Partes acordam

estabelecer um Comitê Conjunto de Coordenação em Ciência e Tecnologia, ao qual caberá identificar, propor, estimular e acompanhar o andamento e os resultados das iniciativas de colaboração no setor da pesquisa científica e tecnológica, de interesse de ambas as Partes, com especial ênfase em projetos suscetíveis de aplicação à área de produção.

2. O Comitê Conjunto de Coordenação em Ciência e Tecnologia será constituído por funcionários governamentais, e se reunirá pelo menos uma vez por ano. De acordo com as necessidades da agenda e em apoio às ações do Comitê, poderão ser convocados técnicos, cientistas e representantes empresariais.

3. O Comitê Conjunto de Coordenação em Ciência e Tecnologia será co-presidido por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores dos dois países. A composição e o funcionamento do Comitê serão estabelecidos por via diplomática.

ARTIGO XIV

1. As duas Partes se empenharão em agilizar a preparação de programas ou projetos de cooperação entre organizações estatais, entidades, de pesquisa e empresas dos dois países, por via bilateral, em cooperação com entidades científicas de terceiros países ou organismos internacionais.

2. A Parte italiana favorecerá a inclusão de projetos de instituições e empresas brasileiras nos programas científicos, tecnológicos e industriais desenvolvidos no âmbito de organizações européias ativas no campo da pesquisa e desenvolvimento, como o CERN, o ESA e o EUREKA.

3. Em particular, a Parte italiana envidará esforços para que o mecanismo estabelecido pelo EUREKA seja utilizado para oferecer a empresas e entidades brasileiras um instrumento que identifique as relações de cooperação com empresas e entidades italianas e européias.

ARTIGO XV

1. As propostas de desenvolvimento elaboradas no âmbito do Comitê Conjunto de Coordenação em Ciência e Tecnologia serão apresentadas à Comissão de Programação a que se referem os Artigos XX e XXI do presente Acordo.

2. O Comitê Conjunto de Coordenação em Ciência e Tecnologia assegurará as funções de troca de informações e avaliações sobre temas relativos às respectivas políticas no campo científico e tecnológico; de individualização de áreas de colaboração de interesse prioritário dos dois países, e de verificação das atividades e das propostas de colaboração no setor, inclusive mediante a elaboração de um "Inventário Tecnológico".

ARTIGO XVI

Cada Parte se compromete, no quadro dos instrumentos específicos que definam as fontes de financiamento e os mecanismos operativos, a permitir a estudantes e pesquisadores da outra Parte frequentar instituições acadêmicas e de pesquisas científicas, como também cursos de especialização e aperfeiçoamento em setores econômicos, industriais, científicos, tecnológicos e culturais, definidos de comum acordo.

ARTIGO XVII

As duas Partes iniciarão conversações visando a permitir o reconhecimento recíproco dos títulos outorgados pelas instituições acadêmicas e de pesquisa referidas no Artigo XVI.

QUARTA PARTE

Cooperação para o Desenvolvimento

ARTIGO XVIII

1. Com o intuito de alcançar as finalidades descritas na Primeira Parte do presente Acordo, especial atenção será dada às iniciativas brasileiras de apoio ao desenvolvimento, cujo financiamento

poderá fazer-se mediante o uso dos instrumentos financeiros da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento.

2. Para assegurar sua utilização racional, e tendo em consideração seu caráter concessional, tais instrumentos serão empregados com ênfase em projetos de elevado conteúdo social ou particularmente significativos sob os aspectos científico e tecnológico. Esses projetos serão acordados entre as duas Partes segundo os procedimentos previstos no Artigo XIX, tendo presente, no que se refere aos projetos ligados à produção, que a natureza eventualmente concessional de alguns financiamentos não deverá alterar-lhes a rentabilidade.

ARTIGO XIX

1. As duas Partes manifestam o interesse em uma maior articulação das atividades no setor de cooperação para o desenvolvimento, particularmente nas possibilidades oferecidas pela lei italiana 49/87.

2. Nesse sentido, procurarão:

- examinar a possibilidade de destinar à cooperação ítalo-brasileira para o desenvolvimento recursos mais elevados que os concedidos até o presente momento;
- elaborar programa trienal que permita seleção cuidadosa e canalização dos recursos para os setores fundamentais da economia e da sociedade brasileiras. Esse programa trienal poderá ser definido também com critérios de "gradação" na seleção das iniciativas;
- efetuar verificações periódicas da situação da cooperação em curso e da programação;
- identificar, no mais breve prazo possível, iniciativas concretas a serem implementadas através do instrumento de doação ou através de créditos concessionais, e que serão definidas segundo os seguintes princípios básicos:

- a) a contribuição italiana terá contrapartida brasileira no custeio das despesas locais, no todo ou em parte;

- b) serão privilegiadas iniciativas que permitam o desenvolvimento e aplicação, no Brasil, de novas tecnologias no setor de bens e de serviços, tendo em conta a necessidade de formação e aperfeiçoamento de pessoal de nível universitário e técnico profissional;
- c) serão examinadas iniciativas com vistas ao aprimoramento da produção primária, com o fim de otimizar a utilização dos recursos brasileiros e melhorar o potencial de exportação;
- d) serão analisadas propostas que permitam melhorar as condições sociais e sanitárias, com o objetivo de atenuar o problema da marginalização urbana e rural;
- e) na definição e execução de projetos no âmbito do presente Acordo, as Partes considerarão, com particular atenção, iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável, de modo a favorecer a utilização racional dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente contra os riscos que possam ser-lhe causados;
- f) serão estudadas, de forma bilateral ou multilateral, as possibilidades de instituir mecanismos, formas de cofinanciamento ou ações conjuntas de cooperação em terceiros países em via de desenvolvimento, de acordo com o interesse comum;
- g) quando for oportuno, e nas formas acordadas pelas duas Partes, serão utilizadas atividades de organizações não-governamentais.

QUINTA PARTE

Mecanismos Institucionais

ARTIGO XX

As duas Partes colaborarão na execução do presente Acordo no âmbito de uma Comissão de Programação, que terá a tarefa de indicar as

prioridades a serem seguidas, de identificar os projetos a serem realizados e de indicar os instrumentos financeiros a serem utilizados para a realização dos mesmos, além de funções gerais de fomento e coordenação das iniciativas de cooperação entre os dois países.

ARTIGO XXI

A Comissão de Programação será presidida, alternadamente, por um período de um ano, por um alto funcionário dos Ministérios de Relações Exteriores dos dois países. Será constituída também, no que se refere à Parte italiana, por representantes dos Ministérios do Tesouro, Comércio Exterior, e de outros órgãos competentes na matéria. No que se refere à Parte brasileira, também por representantes dos Ministérios da Fazenda, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e por órgãos competentes na matéria.

ARTIGO XXII

1. A Comissão de Programação, no exercício das funções previstas no Artigo XX, poderá operar também através de instituições comuns já previstas em entendimentos anteriores ao presente Acordo.

2. Para o uso racional e economicamente eficaz dos recursos financeiros empenhados por parte dos dois países, os exames técnico-financeiros de viabilidade, bem como a fase de decisão, deverão realizar-se através de métodos que ofereçam garantia de seleção cuidadosa.

3. A Comissão de Programação poderá constituir todas as instituições de ligação necessárias para coordenar os procedimentos de aprovação dos projetos previstos pelos dois países. Em particular, será examinada a oportunidade de formar-se um Comitê Interbancário para promover hipóteses de cooperação industrial no setor privado e fornecer à Comissão de Programação elementos concretos para julgar a respeito da sua validade econômica.

ARTIGO XXIII

A Comissão de Programação reunir-se-á com a frequência considerada necessária para a execução das suas funções, e apresentará às Partes um relatório periódico sobre a evolução das iniciativas conjuntas.

ARTIGO XXIV

Para estimular o desenvolvimento da cooperação econômica, industrial, científico-tecnológica, técnica e cultural previstas pelo presente Acordo, e examinar assuntos econômicos de interesse comum, serão realizadas, em princípio anualmente, reuniões bilaterais de consulta entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Italiana e o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, ou seus substitutos.

ARTIGO XXV

Nenhuma das disposições contidas no presente Acordo poderá contrariar os compromissos anteriores assumidos por qualquer das Partes, decorrentes de Acordos bilaterais ou multilaterais anteriormente firmados.

ARTIGO XXVI

1. O presente Acordo entrará em vigor no momento da troca de Instrumentos de Ratificação, e terá validade de três anos, sendo renovável tacitamente, salvo denúncia com aviso prévio não inferior a seis meses.

2. O Acordo terá efeito até a conclusão dos programas em curso à data de sua denúncia.

3. Até a ratificação e entrada em vigor do presente Acordo, as Partes inspirar-se-ão, nas relações mútuas, nos princípios que nortearam a concepção do presente Acordo.

Feito em Roma, em 17 de outubro de 1989, em dois exemplares nas línguas portuguesa e italiana, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa
do Brasil:

[Signed — Signé]¹

Pelo Governo
da República Italiana:

[Signed — Signé]²

¹ Signed by Roberto de Abreu Sodré — Signé par Roberto de Abreu Sodré.

² Signed by Gianni de Michelis — Signé par Gianni de Michelis.

[ITALIAN TEXT — TEXTE ITALIEN]

ACCORDO QUADRO DI COOPERAZIONE ECONOMICA, INDUSTRIALE, SCIENTIFICO-TECNOLOGICA, TECNICA E CULTURALE TRA BRASILE E ITALIA

PREAMBOLO

Il Governo della Repubblica Federativa del Brasile e il Governo della Repubblica Italiana (d'ora in avanti denominate "Le Parti")

Nel desiderio di rafforzare ed approfondire le tradizionali relazioni esistenti tra i due Paesi e tenendo presente il contributo sostanziale allo sviluppo ed all'economia del Brasile conferito da una importante ed operosa collettività di origine italiana ivi stanziata da oltre un secolo;

Alla luce del contributo decisivo dello sviluppo economico, della ricerca scientifica e dell'ammodernamento tecnologico al consolidamento delle istituzioni democratiche ed al progresso sociale;

Considerando che l'obiettivo dello sviluppo economico deve essere perseguito in modo sostenibile, tenendo presente la necessità di assicurare l'utilizzazione razionale delle risorse naturali a favore delle generazioni presenti senza pregiudicare la conservazione delle stesse per le generazioni future e considerando anche che lo sviluppo sostenibile presuppone la compatibilità tra crescita economica equa e preservazione dell'ambiente;

Consapevoli che l'appartenenza dell'Italia alla Comunità Europa e del Brasile all'America Latina, favorisce l'impegno del due Paesi di rafforzare strutture regionali di integrazione suscettibili di contribuire validamente al rafforzamento di legami di cooperazione tra le rispettive aree e a favorire la creazione di un ordinamento internazionale più equo intensificando il dialogo tra le rispettive aree regionali;

Convinte che il sentimento di antica e profonda solidarietà ed amicizia esistente tra i due Paesi possa essere intensificato attraverso la cooperazione economica, industriale, scientifico-tecnologica, tecnica e culturale promossa da strumenti originali e concreti;

Considerata l'esigenza di completare mediante un Accordo Quadro le misure già concordate con Accordi settoriali in materia economica, finanziaria, industriale, scientifico-tecnologica, di cooperazione tecnica e culturale al fine di accrescere gli scambi economici e commerciali ed i flussi finanziari bilaterali;

Hanno convenuto quanto segue:

PARTE PRIMA. FINALITÀ DELLA COOPERAZIONE BILATERALE

Articolo I

Le due Parti si adopereranno per creare condizioni adeguate a favorire la collaborazione economica, industriale, scientifico-tecnologica, tecnica e culturale tra i due Paesi attraverso la promozione di relazioni economiche e commerciali più intense, dell'afflusso di investimenti diretti nei rispettivi territori e della realizza-

zione di programmi congiunti triennali rinnovabili che mirino a promuovere la complementarità tra imprese dei due Paesi.

In tale quadro, particolare rilievo si intende conferire alla promozione di investimenti produttivi in Brasile da parte di imprese italiane pubbliche o private.

Articolo II

Le due Parti ritengono che la collaborazione prospettata non dovrà limitarsi ai settori già esplorati, ma dovrà essere ampliata con interventi nel campo delle piccole e medie imprese, le quali in ambedue i Paesi conferiscono un significativo apporto allo sviluppo economico e sociale.

Articolo III

Allo scopo di assicurare il conseguimento dei fini del presente Accordo e di rafforzare la collaborazione economica ed industriale, le Parti si adopereranno altresì per incoraggiare la costituzione in Brasile di società miste, fornendo il sostegno finanziario e tecnologico necessario attraverso gli strumenti di cui dispongono, secondo le modalità del successivo art. VII.

Articolo IV

Le due Parti assicureranno altresì, nell'ambito dei rispettivi sistemi normativi, le condizioni giuridiche ed economiche atte ad assicurare un trattamento giusto ed equo agli investimenti pubblici e privati dell'altro, a norma del successivo articolo VIII.

Articolo V

Le Parti dedicheranno particolare attenzione all'obiettivo di dare vita ad iniziative legale all'attuazione di programmi nazionali finalizzati alla razionale utilizzazione delle rispettive risorse naturali, nel quadro della protezione dell'ambiente e della conservazione dei rispettivi ecosistemi, anche per mezzo di incentivi all'interscambio di tecnologie non inquinanti e di tecnologie specifiche per la protezione ambientale.

PARTE SECONDA. STRUMENTI PER PROMUOVERE LA COOPERAZIONE

Articolo VI

Allo scopo di perseguire le finalità di cui agli articoli precedenti la Parte Italiana si adopererà per sostenere l'esportazione di beni di capitale attraverso:

- a) L'assicurazione del credito all'esportazione;
- b) L'autorizzazione ad istituti di credito per la concessione di linee di credito bancarie a condizioni "consensus" nel quadro di accordi intergovernativi.

La Parte italiana opererà anche per favorire la promozione di investimenti produttivi in imprese miste o di interesse comune.

Tali investimenti, ai quali si dedicherà il massimo impegno, dovranno essere conformi alla politica assicurativa italiana.

Onde allargare le possibilità in questo campo, le due Parti identificheranno i progetti che presentino un adeguato livello di redditività e garanzie appropriate di ripagamento dei finanziamenti concessi.

Articolo VII

Ciascuna delle Parti si adopererà per promuovere e facilitare gli investimenti di proprie imprese nel mercato dell'altra, con particolare riguardo a quelli effettuati dalle piccole e medie imprese, anche attraverso la collahorazione degli istituti bancari dei rispettivi Paesi.

La Parte italiana è disposta ad utilizzare allo scopo si lo strumento della garanzia assicurativa, sia quello dei finanziamenti agevolati disponibili secondo la legislazione italiana.

La Parte brasiliana è disposta, allo stesso scopo, a stimolare l'afflusso di capitali e di iniziative italiane attraverso il BNDES ed il Banco do Brasil e servendosi del sistema "CEBRAE".

La Parte hrasiliana si impegna ad attivare gli organi nazionali competenti per la promozione delle esportazioni, al fine di stimolare la penetrazione delle imprese miste o di interesse comune costituite in base al presente Accordo sui mercati terzi.

Articolo VIII

Ciascuna Parte provvederà, nell'ambito del suo territorio e tenuto conto delle rispettive legislazioni, per quanto attiene agli investimenti ed ai proventi degli investimenti dell'altra, a:

- a) Concedere un trattamento non meno favorevole di quello riservato ai propri cittadini ed agli investitori di Paesi terzi, qualunque sia il trattamento più favorevole concesso in base ad Accordi bilaterali;
- b) Garantire il rimpatrio degli utili e la possibilità di disinvestimento;
- c) Concedere in caso di espropriazione un risarcimento giusto.

Le Parti si impegnano inoltre a non utilizzare meccanismi di protezione interna suscettibili di ostacolare i fini del presente Accordo.

Articolo IX

Tutte le divergenze e controversie che sorgessero tra imprese italiane e brasiliane decorrenti dall'esecuzione del presente Accordo saranno risolte in via amichevole secondo il Regolamento di Conciliazione ed Arbitrato della Camera di Commercio Internazionale di Parigi, con sede al n.38 di Cour Albert Premier 75006, Parigi da parte di uno o più arbitri in conformità col regolamento della Camera su citata.

Rimane stipulato fino da ora che la sede di arbitrato, il numero di arbitri, la legislazione applicabile al merito della disputa, la legge processuale applicabile e la lingua da usare saranno fissati e determinati dal regolamento stabilito dalla Camera di Commercio Internazionale di Parigi.

Le Parti concordano di restare vincolate alla decisione di tale giudizio arbitrale e prenderanno tutte le misure necessarie per conferire piena efficacia al rispettivo responso.

Articolo X

Le Parti considereranno prioritari quei progetti in grado di generare valuta tramite l'esportazione di una parte o della totalità della produzione derivante dall'investimento.

Articolo XI

Le Parti concordano che i finanziamenti concessi da organismi finanziari internazionali o regionali svolgano un importante ruolo nella promozione dello sviluppo economico.

Pertanto, una particolare priorità verrà conferita a quei progetti che utilizzino lo strumento del cofinanziamento vincolato ad organismi finanziari internazionali o regionali.

PARTE TERZA. COOPERAZIONE SCIENTIFICO-TECNOLOGICA

Articolo XII

Le due Parti si impegnano al sostegno ed alla promozione di forme di collaborazione ed attività nella scienza e nella tecnologia così come in progetti comuni di ricerca e sviluppo.

Oltre ed insieme agli strumenti di cui agli altri articoli del presente Accordo, le due Parti hanno convenuto sull'opportunità di conferire un contributo qualificante alla loro collaborazione economica e scientifico-tecnologica mediante la individuazione congiunta di una "fascia tecnologica avanzata" che l'Italia si impegna a fornire al Brasile attraverso il sostegno prioritario di iniziative dirette all'ammodernamento tecnologico della struttura produttiva brasiliana, in particolare nel settore delle piccole e medie imprese.

Articolo XIII

Le due Parti, al fine di intensificare la cooperazione bilaterale nel campo della scienza e della tecnologia, come previsto dall'art. XII, hanno deciso di istituire un "Comitato congiunto di coordinamento per la Scienza e la Tecnologia" che dovrà identificare, proporre e promuovere, seguendone poi l'andamento ed i risultati, iniziative di collaborazione nel settore della ricerca scientifica e tecnologica, di interesse per le due Parti, con particolare riferimento ai progetti suscettibili di applicazione su base produttiva.

Il "Comitato congiunto di coordinamento per la Scienza e la Tecnologia" sarà composto da funzionari delle Amministrazioni dello Stato e si riunirà almeno una volta all'anno secondo gli specifici argomenti all'ordine del giorno ed in appoggio all'azione del Comitato potranno essere chiamati esperti, scienziati e rappresentanti del mondo produttivo.

Il "Comitato congiunto di coordinamento per la Scienza e la Tecnologia" sarà copresieduto da funzionari dei Ministeri degli Affari Esteri dei due Paesi. La composizione ed il funzionamento del Comitato saranno stabiliti attraverso i canali diplomatici.

Articolo XIV

In tale prospettiva, le due Parti si impegnano a facilitare l'avvio di programmi o progetti di cooperazione tra organismi statali, enti di ricerca ed imprese dei due Paesi, in via bilaterale, in cooperazione con organizzazioni scientifiche di Paesi Terzi od organizzazioni internazionali.

Da parte italiana si favorirà inoltre l'inserimento di progetti di istituzioni ed imprese brasiliane nei programmi scientifici, tecnologici ed industriali sviluppati

nell'ambito di organizzazioni europee attive nel campo della ricerca e sviluppo, quali il CERN, l'ESA e l'EUREKA.

In particolare, da parte italiana, si opererà affinché il meccanismo predisposto da EUREKA venga utilizzato per offrire ad imprese ed enti brasiliani uno strumento che identifichi i rapporti di cooperazione con imprese ed enti italiani ed europei.

Articolo XV

Le proposte da sviluppare nell'ambito del "Comitato congiunto di coordinamento per la Scienza e la Tecnologia" verranno presentate al "Comitato di Programmazione" di cui ai successivi Art. XX e XXI.

Il "Comitato congiunto di coordinamento per la Scienza e la Tecnologia" assicurerà le funzioni di scambio di informazioni e valutazioni sui temi attinenti alle rispettive politiche in campo scientifico e tecnologico, di individuazione di aree di collaborazione di interesse prioritario dei due Paesi e di verifica delle attività e delle proposte di collaborazione nel settore, anche attraverso un "Inventario Tecnologico".

Articolo XVI

Ciascuna delle due Parti contraenti si adopererà, nel quadro di specifici accordi ed intese che definiscano le fonti di finanziamento ed i meccanismi operativi, per consentire a laureati e ricercatori dell'altra Parte di frequentare istituzioni accademiche e di ricerca scientifica, ovvero corsi di specializzazione e di perfezionamento in settori economici, industriali, scientifici, tecnologici e culturali definiti di comune accordo.

Articolo XVII

Le due Parti inizieranno conversazioni al fine di pervenire al riconoscimento reciproco dei titoli finali rilasciati dalle istituzioni accademiche e di ricerca scientifica di cui al precedente Art. XVI.

PARTE QUARTA. COOPERAZIONE ALLO SVILUPPO

Articolo XVIII

Allo scopo di conseguire le finalità descritte nella Parte Prima del presente Accordo, particolare attenzione verrà conferita alle iniziative brasiliane di sostegno allo sviluppo, per il finanziamento dei cui progetti ed interventi potrà anche essere fatto ricorso agli strumenti finanziari agevolati della cooperazione italiana allo sviluppo.

Onde assicurare un razionale impiego di tali strumenti e tenendo conto del loro carattere fortemente agevolato, essi verranno impiegati principalmente per progetti di elevato contenuto sociale o particolarmente significativi sotto il profilo scientifico e tecnologico, concordati tra le due Parti secondo le procedure di cui al successivo Art. XIX, avendo cura — per quanto riguarda i progetti produttivi — che la concessione di finanziamenti particolarmente agevolati non ne alteri la redditività.

Articolo XIX

Le due Parti esprimono il loro vivo interesse ad una più articolata attività nel settore della cooperazione allo sviluppo, che tenga conto di tutte le possibilità offerte dalla legge italiana n. 49/87.

A questo fine esse si impegnano:

A considerare l'opportunità di destinare alla cooperazione allo sviluppo italo-brasiliana risorse superiori a quelle attivate fino ad ora;

A concepire programmi triennali per consentire una selezione accurata ed una destinazione finalizzata delle risorse ai settori cruciali dell'economia e della realtà sociale brasiliana;

A definire tali programmi triennali, eventualmente, anche con un criterio di gradualità nella scelta delle iniziative;

Ad effettuare periodiche verifiche dello stato della cooperazione in atto e della programmazione;

Ad identificare, nel più breve tempo possibile, le iniziative concrete che verranno realizzate tanto con lo strumento del dono quanto con quello del credito di aiuto, e che saranno concordate secondo i seguenti principi fondamentali:

a) Il contributo italiano verrà integrato da interventi brasiliani a copertura totale o parziale delle spese locali;

b) Saranno privilegiate le iniziative che consentano lo sviluppo e l'applicazione in Brasile di nuove tecnologie nel settore industriale e nel settore terziario, tenendo conto della necessità di affrontare le relative componenti di formazione professionale;

c) Saranno considerate anche le iniziative volte al perfezionamento della produzione primaria, per ottimizzare lo sfruttamento delle risorse del Brasile e migliorare il potenziale di esportazione;

d) Verranno inoltre prese in considerazione le iniziative che consentano un miglioramento della situazione socio-sanitaria del Paese, allo scopo di alleviare i problemi dell'emarginazione, tanto urbana che rurale;

e) Nella definizione e realizzazione di progetti nell'ambito del presente accordo, le Parti considereranno con particolare attenzione l'obiettivo dello sviluppo sostenibile, tale da favorire l'utilizzazione razionale delle risorse naturali in un quadro di tutela dell'assetto ambientale contro i rischi di compromissione;

f) Sarà esaminata l'opportunità di attivare, in via bilaterale o anche multilaterale, meccanismi o forme di cofinanziamento o interventi congiunti di cooperazione in Paesi Terzi in via di sviluppo, di comune interesse;

g) Sarà utilizzato, laddove ritenuto più opportuno e nelle forme concordate dalle due Parti, il contributo delle O.N.G.

PARTE QUINTA. MECCANISMI ISTITUZIONALI

Articolo XX

Le due Parti collaboreranno all'esecuzione del presente Accordo nell'ambito di un "Comitato di Programmazione", che avrà il compito di indicare le priorità da seguire, di individuare i progetti da realizzare e di indicare gli strumenti finanziari da utilizzare per l'attuazione e realizzazione dei singoli progetti oltre che esercitare funzioni generali di stimolo e di coordinamento e di controllo delle iniziative di collaborazione tra due Paesi.

Articolo XXI

Il "Comitato di Programmazione" sarà presieduto alternativamente per il periodo di un anno da un alto funzionario del Ministero degli Affari Esteri dei due Paesi. Esso sarà altresì costituito, per la parte italiana, da rappresentanti del Ministero del Tesoro e del Commercio con l'estero e dalle Amministrazioni competenti per materia.

Per parte brasiliana esso sarà composto anche da rappresentanti del Ministero delle Finanze, della Segreteria di Pianificazione della Presidenza della Repubblica e di altri organi competenti per materia.

Articolo XXII

Il "Comitato di Programmazione", nello svolgimento delle funzioni previste dall'Art. XX, potrà agire altresì valendosi delle istituzioni comuni già previste da intese precedenti al presente Accordo.

Ai fini di un impiego razionale ed economicamente efficiente delle risorse finanziarie impegnate da parte dei due Paesi gli esami tecnico-finanziari di fattibilità, come pure la fase decisionale, dovranno essere realizzati attraverso processi che forniscano garanzia di accurata selezione.

Il "Comitato di Programmazione" potrà costituire tutti quegli organi di raccordo necessari per coordinare le procedure di approvazione dei progetti previsti dai due Paesi. In particolare sarà anche esaminata la possibilità di costituire un Comitato Interbancario per promuovere ipotesi di collaborazione industriale nel settore privato e fornire al Comitato di Programmazione elementi concreti di giudizio circa la loro validità economica.

Articolo XXIII

Il "Comitato di Programmazione" si riunirà con la frequenza ritenuta necessaria dall'espletamento delle funzioni assegnatigli presentando alle Parti una relazione periodica di aggiornamento sullo stadio di avanzamento delle iniziative congiunte.

Articolo XXIV

Per dare impulso allo sviluppo della cooperazione economica, industriale, scientifico-tecnologica, tecnica e culturale, prevista nel presente Accordo, ed esaminare problematiche economiche di comune interesse, verranno realizzate con frequenza possibilmente annuale riunioni bilaterali di consultazione tra il Ministro degli Affari Esteri della Repubblica del Brasile ed il Ministro degli Affari Esteri della Repubblica Italiana, o tra i rispettivi sostituti.

Articolo XXV

Nessuna delle disposizioni contenute nel presente Accordo deve essere in contrasto con gli impegni derivanti alle due Parti da Accordi bilaterali o multilaterali in vigore.

Articolo XXVI

Il presente Accordo entrerà in vigore al momento dello scambio degli strumenti di ratifica ed avrà validità triennale rinnovabile tacitamente, salvo denuncia con preavviso non inferiore a sei mesi.

L'Accordo avrà comunque effetto fino alla conclusione dei programmi in atto alla data della sua denuncia.

In attesa della ratifica e dell'entrata in vigore del presente Accordo, le due Parti si ispireranno, nelle loro reciproche relazioni, ai principi definiti nell'Accordo medesimo.

FATTO a Roma il 17 ottobre 1989 in due esemplari originali, nelle lingue portoghese e italiana, entrambi i testi facenti ugualmente fede.

Per il Governo
della Repubblica Federativa
del Brasile:

[*Signed — Signé*]¹

Per il Governo
della Repubblica Italiana:

[*Signed — Signé*]²

¹ Signed by Roberto de Abreu Sodré — Signé par Roberto de Abreu Sodré.

² Signed by Gianni de Michelis — Signé par Gianni de Michelis.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

BASIC AGREEMENT¹ ON ECONOMIC, INDUSTRIAL, SCIENTIFIC-TECHNOLOGICAL, TECHNICAL AND CULTURAL COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE ITALIAN REPUBLIC

PREAMBLE

The Government of the Federative Republic of Brazil and
The Government of the Italian Republic
(Hereinafter referred to as “the Parties”),

Desiring to strengthen and deepen the traditional relations between the two countries and mindful of the significant contribution to the development and the economy of Brazil made by the large and industrious community of Italian origin which settled in Brazil more than a century ago,

In the light of the decisive role which economic development, scientific research and technological modernization play in the consolidation of democratic institutions and in social progress,

Considering that the goal of economic development must be pursued on a sustainable basis, taking into account the need to ensure the rational use of natural resources for the benefit of the present generation without prejudice to the preservation of such resources for future generations, and further considering that sustainable development implies the harmonization of equitable economic growth and the preservation of the environment,

Aware that the fact that Italy is a member of the European Community and Brazil is a part of Latin America fosters the commitment of the two countries to enhancing regional integration structures that can make a positive contribution to the strengthening of the bonds of cooperation between the two regions and to the promotion of a more equitable international order by increasing the dialogue between their regions,

Convinced that the sense of the long-standing and deep solidarity and friendship that exist between the two countries can be strengthened through economic, industrial, scientific, technological, technical and cultural cooperation fostered by original and practical means, and

Considering the need to supplement by means of a basic agreement the arrangements which have already been established through sectoral agreements on cultural, economic, financial and industrial matters and on technical, scientific, technological and cultural cooperation, with the aim of increasing economic exchanges and bilateral financial flows,

¹ Came into force on 11 December 1991 by the exchange of the instruments of ratification, which took place at Rome, in accordance with article XXVI (1).

Have agreed as follows:

PART I. PURPOSE OF BILATERAL COOPERATION

Article I

1. The Parties shall seek to encourage economic, industrial, scientific, technological, technical and cultural cooperation between the two countries by promoting increased economic and commercial relations, attracting direct investments in the two countries, and implementing joint three-year programmes, which may be renewed for the purpose of promoting complementarity between companies in the two countries.

2. Within this framework, particular emphasis shall be given to the promotion of investment in production in Brazil by both public and private Italian companies.

Article II

The cooperation envisaged in this Agreement shall not be limited to areas which have already been explored but shall be extended to operations involving small and medium-sized enterprises, which make a significant contribution to the economic and social development of both countries.

Article III

With a view to ensuring the achievement of the purposes of this Agreement and strengthening economic and industrial cooperation, the two Parties shall also strive to encourage the development of joint ventures in Brazil by providing the necessary financial and technological support using the means at their disposal, in accordance with arrangements provided for in article 7 of this Agreement.

Article IV

Each Party shall also guarantee, within the framework of the applicable legal provisions, the legal and economic conditions for ensuring fair and equitable treatment of the public and private investments of the other Party in accordance with article 8 of this Agreement.

Article V

The two Parties shall give particular attention to the goal of promoting initiatives relating to the implementation of national programmes for the rational use of the natural resources of the two countries, the protection of the environment, and the preservation of their respective ecosystems, including through the use of incentives for the exchange of non-polluting technology and technology designed specifically for environmental protection.

PART II. MEANS FOR PROMOTING COOPERATION

Article VI

1. With a view to achieving the goals set forth in the preceding articles, Italy shall take measures to encourage the export of capital goods by:

- (a) Guaranteeing export credits; and
- (b) Authorizing lending institutions to grant lines of credit on the terms provided for in the "consensus" within the framework of the relevant intergovernmental agreements.

2. Italy shall also take measures to promote investment in production activities by joint ventures or other companies in which shareholders of the two countries have a stake. Such investments, to which the highest priority shall be given, must meet the requirements of policy with regard to insurance.

3. With a view to expanding the potential scope for the activities described above, the two Parties shall identify projects which demonstrate a satisfactory degree of profitability and adequate guarantees of a return on the financing made available.

Article VII

1. Each of the two Parties shall seek to promote and facilitate investments by its own companies in the market of the other Party, with particular emphasis on investment by small and medium-sized enterprises, and shall also encourage the cooperation of the banking institutions of its own country.

2. To this end, Italy is prepared to use both credit insurance and concessional financing as available under the provisions of Italian law.

3. To the same end, Brazil is prepared to promote Italian capital investment and initiatives through the National Economic and Social Development Bank (BNDES) and the Bank of Brazil, making use of the CEBRAE system for this purpose.

4. Brazil shall strive to ensure that the national institutions involved in the promotion of exports stimulate the entry into the markets of third countries of the products of joint ventures or companies in which shareholders of the two countries have a stake which may be established on the basis of this Agreement.

Article VIII

1. With regard to the investments and the profits from the investments of the other Party, each Party shall undertake, within its territory and in accordance with the legal instruments in force, to:

(a) Grant treatment equal to that granted to its own citizens, and to investors of third countries, irrespective of the most favourable treatment granted on the basis of bilateral agreements;

(b) Guarantee the repatriation of profits and the right to divestment; and

(c) Provide fair compensation in the event of expropriation.

2. The two Parties shall also undertake not to make use of internal protectionist measures which might undermine the purposes of this Agreement.

Article IX

1. All disagreements and disputes between Brazilian and Italian companies stemming from the implementation of this Agreement shall be settled amicably in accordance with the Rules of Conciliation and Arbitration of the International Chamber of Commerce, whose headquarters is situated at 38 Cours Albert I^{er}, 75008 Paris, by one or more arbitrators chosen in accordance with the regulations of the Chamber.

2. It is hereby decided that the place of the arbitration procedures, the number of arbitrators, the law applicable to the substance of the dispute, the applicable

procedural law and the language to be used shall be determined under the rules established by the International Chamber of Commerce in Paris.

3. The two Parties agree to be bound by the judgement of the arbitrators and shall take all necessary steps to give full effect to the arbitral award.

Article X

The two Parties shall give priority to projects which generate foreign exchange through the export of all or part of the production resulting from investment.

Article XI

The two Parties agree that financing or regional financial institutions plays an important role in the promotion of economic development. Consequently, special priority shall be given to projects which make use of co-financing arrangements involving international or regional financial institutions.

PART III. SCIENTIFIC AND TECHNOLOGICAL COOPERATION

Article XII

1. The two Parties undertake to support all forms of cooperation and activities in the fields of science and technology and to support research and development projects.

2. In addition to the measures envisaged in the other articles of this Agreement, the two Parties agree on the advisability of raising the level of economic, scientific and technological cooperation through the joint identification of a "package of advanced technology" which Italy undertakes to furnish to Brazil by giving priority to the support of efforts aimed at the technological modernization of Brazil's industrial plant, particularly small and medium-sized enterprises.

Article XIII

1. In order to increase bilateral cooperation in the field of science and technology, as envisaged in article 12, the Parties agree to establish a Joint Coordinating Committee for Science and Technology to identify, propose, promote and monitor the progress and results of cooperative projects in the field of scientific and technological research of interest to both Parties, with special emphasis on projects having applications in the area of production.

2. The Joint Coordinating Committee shall be composed of government officials and shall meet at least once a year. Depending on the items included in the agenda and in support of the work of the Committee, technical experts, scientists and company representatives may be invited to meetings of the Committee.

3. The Joint Coordinating Committee shall be presided over jointly by representatives of the ministries of foreign affairs of the two countries. The membership and procedures of the Committee shall be determined through the diplomatic channel.

Article XIV

1. The two Parties shall seek to facilitate the preparation of programmes or projects for cooperation among the government agencies, research institutions and

companies of the two countries on a bilateral basis, in cooperation with the scientific institutions of third countries or international agencies.

2. Italy shall support the inclusion of the projects of Brazilian agencies or companies in the scientific, technological and industrial programmes developed within the framework of European organizations active in the field of research and development, such as the European Organization for Nuclear Research (CERN), the European Space Agency (ESA) and the European Research Cooperation Agency (EUREKA).

3. In particular, Italy shall strive to ensure that the arrangement established by EUREKA is used to provide Brazilian companies and agencies with a mechanism for identifying potential cooperative relations with Italian and European companies and bodies.

Article XV

1. The development proposals of the Joint Coordinating Committee for Science and Technology shall be presented to the Programming Committee referred to in articles 20 and 21 of this Agreement.

2. The Joint Coordinating Committee shall be responsible for the exchange of information and evaluations on matters related to the respective policies of the two countries in the field of science and technology, for the identification of areas of cooperation of priority interest to the two countries, and for the monitoring of activities and proposals for collaboration in the field of science and technology. This will include the drawing up of a "technological inventory".

Article XVI

Each Party undertakes, within the framework of the specific instruments dealing with sources of financing and operational arrangements, to grant access by students and researchers of the other Party to academic and scientific research institutions and to advanced courses in the fields of economics, industry, science, technology and culture, to be decided on jointly.

Article XVII

The two Parties shall begin negotiations with a view to authorizing the reciprocal recognition of the qualifications granted by the academic and research institutions referred to in article 16.

PART IV. DEVELOPMENT COOPERATION

Article XVIII

1. For the purpose of achieving the goals described in part I of this Agreement, special attention shall be given to Brazilian development projects which can be financed through the use of the financial instruments of Italian development cooperation.

2. In order to ensure their rational use, and mindful of their concessional nature, priority shall be given to the application of these instruments to projects of high social value or of particular significance from the scientific and technological point of view. These projects shall be agreed upon by the Parties in accordance with the procedures laid down in article 19, bearing in mind, in the case of projects

involving production, that the concessional nature of the financing should not affect the requirement of profitability.

Article XIX

1. The Parties affirm their interest in improving the organization of activities in the field of development cooperation, particularly with regard to the possibilities available under Italian Law 49/87.

2. To that end, they shall seek:

To examine the possibility of allocating greater resources than those provided at the present time for Italian-Brazilian development cooperation;

To work out a three-year programme making possible the careful selection of resources and their channelling to vital sectors of the Brazilian economy and Brazilian society. This three-year programme may also be defined on the basis of "graduated" criteria for project selection;

To monitor periodically the status of current and planned cooperation;

To identify, as rapidly as possible, specific projects to be implemented using grants or concessional loans, which shall be defined according to the following basic principles:

(a) The Italian contribution shall be matched in whole or in part by Brazilian financing of local expenses;

(b) Priority shall be given to projects for the development and implementation in Brazil of new technologies in the goods and services sector, bearing in mind the need for related basic and advanced training at the university and vocational/technical levels;

(c) Consideration shall be given to projects leading to the improvement of primary production for the purpose of making optimum use of Brazilian resources and improving Brazil's export potential;

(d) Consideration shall also be given to proposals for improving social and sanitary conditions with the goal of alleviating urban and rural poverty;

(e) In defining and carrying out projects in pursuance of this Agreement, the Parties shall give particular attention to proposals aimed at sustainable development so as to foster the rational use of natural resources and the protection of the environment from potential harm;

(f) Consideration shall be given on the bilateral or multilateral level to the possibility of establishing mechanisms, co-financing arrangements or joint activities of cooperation with other developing countries of mutual interest to the two Parties;

(g) Where appropriate, and as agreed upon by the two Parties, advantage shall be taken of the activities of non-governmental organizations.

PART V. INSTITUTIONAL MECHANISMS

Article XX

The two Parties shall cooperate in the implementation of this Agreement through a Programming Committee, which shall be responsible for setting priorities, selecting the projects to be implemented, and determining the financial arrange-

ments for the projects, in addition to performing the general functions of promoting and coordinating proposals for cooperation between the two countries.

Article XXI

The Programming Committee shall be presided over alternately, for one-year periods, by senior officials of the ministries of foreign affairs of the two countries. It shall also include representatives of the Italian Ministries of the Treasury, Foreign Trade, and other competent bodies and of the Brazilian Ministry of Finance, the Office of Planning of the Presidency of the Republic, and other competent bodies.

Article XXII

1. In the exercise of the functions envisaged in article 20, the Programming Committee may also work through joint bodies provided for in agreements pre-dating this Agreement.

2. With a view to the rational and economically efficient use of the financial resources pledged by the two countries, technical and financial feasibility studies must be carried out and decisions taken on the basis of procedures that guarantee careful selection.

3. The Programming Committee may establish such liaison groups as may be necessary to coordinate the approval procedures for the projects envisaged by the two countries. In particular, consideration shall be given to the possibility of forming an interbank committee to make proposals for industrial cooperation in the private sector and to provide the Programming Committee with specific data for evaluating the economic viability of such cooperation.

Article XXIII

The Programming Committee shall meet as often as is deemed necessary for the discharge of its functions and shall submit to the Parties periodic reports on the progress of joint projects.

Article XXIV

In order to promote the development of the economic, industrial, scientific and technological, technical and cultural cooperation envisaged by this Agreement and to examine economic matters of mutual interest, bilateral consultative meetings shall be held, as a rule each year, between the Minister for Foreign Affairs of the Italian Republic and the Minister for Foreign Affairs of the Federative Republic of Brazil or their representatives.

Article XXV

Nothing in this Agreement shall contradict any earlier commitments assumed by either Party under previously signed bilateral or multilateral agreements.

Article XXVI

1. This Agreement shall enter into force on the date of the exchange of the instruments of ratification and shall remain in force for three years. It shall be renewable by tacit agreement unless notification of denunciation is given at least six months before the date of expiry of the current term.

2. The Agreement shall remain in force until the conclusion of the programmes under way on the date of its denunciation.

3. Until the ratification and entry into force of this Agreement, the two Parties shall be guided in their mutual relations by the principles which inspired this Agreement.

DONE in Rome on 17 October 1989, in duplicate, in the Portuguese and Italian languages, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic
of Brazil:

[ROBERTO DE ABREU SODRÉ]

For the Government
of the Italian Republic:

[GIANNI DE MICHELIS]

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD-CADRE¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE ITALIENNE RELATIF À LA COOPÉRATION ÉCONOMIQUE, INDUSTRIELLE, SCIENTIFIQUE ET TECHNOLOGIQUE, TECHNIQUE ET CULTURELLE

PRÉAMBULE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement de la République italienne

(Ci-après dénommés « les Parties »);

Désireux de renforcer et d'approfondir les relations traditionnelles existant entre les deux pays et ayant présente à l'esprit la contribution notable apportée au développement et à l'économie du Brésil par l'importante et laborieuse collectivité d'origine italienne qui s'est établie au Brésil depuis plus d'un siècle;

Conscients du rôle décisif que jouent le développement économique, la recherche scientifique et la modernisation technologique dans la consolidation des institutions démocratiques et le progrès social;

Considérant que l'objectif du développement économique doit être poursuivi de façon durable, étant donné la nécessité d'assurer l'emploi rationnel des ressources naturelles en faveur des générations présentes sans compromettre la conservation desdites ressources à l'intention des générations futures, et considérant aussi que le développement durable suppose une croissance économique équitable et compatible avec la préservation de l'environnement;

Conscients que l'appartenance de l'Italie à la Communauté européenne et du Brésil à l'Amérique latine favorise les efforts déployés par les deux pays en vue de renforcer les structures régionales d'intégration qui peuvent contribuer utilement au renforcement des liens de coopération entre ces deux régions et favoriser la création d'un ordre international plus équitable en intensifiant le dialogue entre les différentes zones régionales;

Convaincus que le sentiment d'une solidarité et d'une amitié historiques et profondes entre les deux pays peut s'intensifier grâce à la coopération économique, industrielle, scientifique, technologique, technique et culturelle favorisée par des instruments novateurs et concrets;

Considérant la nécessité de compléter par un accord-cadre les mesures déjà adoptées au moyen d'accords sectoriels en matière culturelle, économique, financière, industrielle et de coopération scientifique, technologique, technique et culturelle, et en vue d'intensifier les échanges économiques et les flux financiers bilatéraux,

Conviennent comme suit :

¹ Entré en vigueur le 11 décembre 1991 par l'échange des instruments de ratification, qui a eu lieu à Rome, conformément au paragraphe 1 de l'article XXVI.

PREMIÈRE PARTIE. DES BUTS DE LA COOPÉRATION BILATÉRALE

Article premier

1. Les Parties s'efforcent de stimuler la collaboration économique, industrielle, scientifique, technologique, technique et culturelle entre les deux pays grâce à la promotion de relations économiques et commerciales plus intenses, à l'apport d'investissements directs sur les territoires de l'un et l'autre pays, et à la réalisation de programmes communs triennaux renouvelables visant à promouvoir la complémentarité des entreprises des deux pays.

2. A cet égard, il y lieu de conférer une importance particulière à la promotion d'investissements productifs au Brésil de la part d'entreprises italiennes publiques ou privées.

Article II

La collaboration prévue par le présent Accord ne doit pas se limiter aux secteurs déjà explorés mais doit être étendue au domaine des petites et moyennes entreprises, lesquelles contribuent de façon importante au développement économique et social de l'un et l'autre pays.

Article III

Aux fins d'assurer la réalisation des buts du présent Accord, et de renforcer la collaboration économique et industrielle, les Parties s'efforcent aussi d'encourager la constitution au Brésil de sociétés mixtes, en fournissant l'appui financier et technologique nécessaires par l'intermédiaire des instruments dont elles disposent, selon les modalités décrites à l'article VII ci-après.

Article IV

Chacune des deux Parties assure aussi, dans le cadre de ses propres systèmes normatifs, des conditions juridiques et économiques adéquates pour garantir le traitement juste et impartial des investissements publics et privés de l'autre Partie, comme en dispose l'article VIII du présent Accord.

Article V

Les Parties s'attachent en particulier à lancer des initiatives concernant la coopération pour la mise en œuvre de programmes nationaux visant à une utilisation rationnelle de leurs ressources naturelles respectives, à la protection de l'environnement et à la conservation de leurs écosystèmes respectifs, y compris au moyen de mesures d'encouragement pour l'échange de technologies non polluantes et de technologies spécifiques pour la protection écologique.

DEUXIÈME PARTIE. DES INSTRUMENTS VISANT À PROMOUVOIR LA COOPÉRATION

Article VI

1. Afin de réaliser les buts décrits ci-dessus, la Partie italienne s'efforce d'appuyer l'exportation de biens d'équipement :

a) En accordant des crédits à l'exportation;

b) En autorisant les établissements de crédit à ouvrir des crédits bancaires à des conditions « consensuelles » dans le cadre des accords intergouvernementaux en la matière.

2. La Partie italienne agit en outre de façon à favoriser la promotion d'investissements productifs dans des entreprises mixtes ou d'intérêt commun. Lesdits investissements, qui sont l'objet la plus grande attention, doivent être conformes à la politique italienne en matière de garanties.

3. Dans le but de maximaliser les possibilités existant dans les domaines mentionnés ci-dessus, les Parties identifient les projets qui présentent un niveau adéquat de rentabilité ainsi que des garanties appropriées quant au recouvrement des financements consentis.

Article VII

1. Chacune des Parties s'efforce de promouvoir et de faciliter les investissements réalisés par ses entreprises sur le marché de l'autre Partie, particulièrement en ce qui concerne les opérations menées par de petites et moyennes entreprises, y compris dans le cadre de la coopération entre les établissements bancaires des deux pays.

2. La Partie italienne est disposée à employer à cette fin soit les garanties de crédits soit les facilités de financement disponibles aux termes de la législation italienne.

3. La Partie brésilienne est disposée, à ces mêmes fins, à stimuler les apports de capitaux italiens et les initiatives italiennes par l'intermédiaire de la Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) et de la Banco do Brasil en recourant au système CEBRAE.

4. La Partie brésilienne s'engage à recourir aux organismes nationaux compétents en matière de promotion des exportations afin de stimuler la pénétration sur les marchés tiers des produits des entreprises mixtes ou d'intérêt commun constituées sur la base du présent Accord.

Article VIII

1. Chacune des Parties s'engage, dans son domaine territorial de compétence et conformément à sa législation, en ce qui concerne les investissements de l'autre Partie et leur produit :

a) A accorder un traitement au moins aussi favorable que celui réservé à ses propres ressortissants et aux investisseurs de pays tiers, quel que soit le traitement le plus favorable accordé aux termes des accords bilatéraux;

b) Garantir le rapatriement des bénéfices et la possibilité de désinvestir;

c) Indemniser équitablement les éventuels expropriés.

2. Les Parties s'efforcent en outre à ne pas employer de mécanismes de protection interne risquant de faire obstacle à la réalisation des buts du présent Accord.

Article IX

1. Tout différend et controverse s'élevant entre des entreprises brésiennes et italiennes dans l'application du présent Accord doit être réglé à l'amiable selon le Règlement de conciliation et d'arbitrage de la Chambre de commerce internationale

(CCI) de Paris, dont le siège est situé au n° 38, cours Albert I^{er}, 75008 Paris, par un ou plusieurs arbitres choisis conformément au règlement de la CCI.

2. Il est d'ores et déjà stipulé que le lieu de l'arbitrage, le nombre d'arbitres, la législation applicable quant au fond, la procédure applicable et la langue à employer seront fixés et déterminés par le Règlement de la CCI.

3. Les Parties acceptent le caractère obligatoire de toute sentence arbitrale ainsi rendue et elles s'engagent à prendre toutes les mesures nécessaires pour y donner pleinement effet.

Article X

Les Parties donnent la priorité aux projets qui permettent d'obtenir des devises en exportant tout ou partie de la production tirée de l'investissement.

Article XI

Les Parties conviennent que les financements accordés par des organismes financiers internationaux ou régionaux contribuent de façon importante à promouvoir le développement économique. Il y a donc lieu d'accorder une attention particulière aux projets qui emploient des instruments de cofinancement liés à des organismes financiers internationaux ou régionaux.

TROISIÈME PARTIE. DE LA COOPÉRATION SCIENTIFIQUE ET TECHNOLOGIQUE

Article XII

1. Les deux Parties s'engagent à appuyer et à promouvoir des formes de coopération et des activités appartenant au domaine de la science et de la technologie ainsi que des projets communs de recherche-développement.

2. Outre les instruments visés par ailleurs dans le présent Accord, les Parties conviennent qu'il y a lieu de relever le niveau de la coopération économique, scientifique et technologique en identifiant ensemble un « module de technologie de pointe » que l'Italie s'engage à fournir au Brésil en apportant un appui prioritaire à des initiatives pour l'actualisation technologique du parc industriel brésilien, en particulier les petites et moyennes entreprises.

Article XIII

1. Afin d'intensifier la coopération bilatérale dans le domaine de la science et de la technologie comme le prévoit l'article XII, les Parties conviennent de constituer un Comité mixte de coordination pour la science et la technologie, chargé d'identifier, de proposer, promouvoir et assurer le suivi de l'exécution et des résultats des initiatives concernant la collaboration dans le secteur de la recherche scientifique et technologique qui intéressent les deux Parties, surtout en ce qui concerne les projets qui peuvent avoir des applications au niveau de la production.

2. Le Comité mixte de coordination pour la science et la technologie, constitué de fonctionnaires des administrations publiques, se réunit au moins une fois par an. Selon la teneur de son ordre du jour, il peut convoquer, à l'appui de ses actions, des techniciens, des scientifiques et des représentants du secteur des entreprises.

3. Le Comité mixte de coordination pour la science et la technologie est coprésidé par des représentants du Ministère des affaires étrangères de chacune des

Parties. La composition et le fonctionnement du Comité sont établis par la voie diplomatique.

Article XIV

1. Les Parties s'efforcent de faciliter la préparation de programmes ou projets de coopération entre organismes publics, établissements de recherche et entreprises des deux pays, par la voie bilatérale, en coopération avec des organismes scientifiques de pays tiers ou d'organisations internationales.

2. La Partie italienne favorise en outre l'inclusion de projets émanant d'institutions et d'entreprises brésiliennes dans les programmes scientifiques, technologiques et industriels mis en œuvre dans le cadre d'organisations européennes actives en matière de recherche-développement, telles que le Centre européen de recherches nucléaires (CERN), l'Agence spatiale européenne (ESA) et l'Agence européenne pour la coordination de la recherche (EUREKA).

3. En particulier, la Partie italienne déploie des efforts afin d'assurer que le mécanisme établi par l'EUREKA serve à offrir aux entreprises et établissements brésiliens un instrument qui identifie les rapports de coopération avec les entreprises et établissements italiens et européens.

Article XV

1. Les propositions à élaborer dans le cadre du Comité mixte de coordination pour la science et la technologie doivent être présentées à la Commission de programmation dont il est question aux articles XX et XXI du présent Accord.

2. Le Comité mixte de coordination pour la science et la technologie a pour fonction de procéder à des échanges d'informations et d'évaluer les thèmes relatifs aux politiques en matière de science et de technologie, d'identifier des domaines de collaboration d'intérêt prioritaire pour les deux pays, et de vérifier les activités et les propositions de collaboration dans le secteur de la science et de la technologie, notamment en dressant un « inventaire technologique ».

Article XVI

Chacune des parties s'engage à permettre, dans le cadre d'instruments spécifiques définissant les sources de financement et les mécanismes opérationnels, à des étudiants et des chercheurs de l'autre Partie de fréquenter des établissements d'enseignement et de recherches scientifiques, et de participer à des stages de spécialisation et de perfectionnement dans des secteurs économiques, industriels, scientifiques, technologiques et culturels définis d'un commun accord.

Article XVII

Les deux Parties engagent des pourparlers en vue de la reconnaissance réciproque des diplômes de fin d'études décernés par les établissements d'enseignement et de recherches dont il est question à l'article XVI.

QUATRIÈME PARTIE. DE LA COOPÉRATION POUR LE DÉVELOPPEMENT

Article XVIII

1. Afin d'atteindre les buts exposés à la première partie du présent Accord, il y a lieu d'accorder une attention particulière aux initiatives brésiliennes d'appui au développement, dont les projets et interventions peuvent faire appel aux instru-

ments financiers disponibles au titre de la coopération italienne pour le développement.

2. En vue d'assurer l'emploi rationnel desdits instruments, compte tenu de leur caractère concessionnel, ceux-ci sont mis en œuvre essentiellement pour des projets à fort contenu social ou particulièrement importants d'un point de vue scientifique et technologique. Lesdits projets sont adoptés par les Parties selon les procédures prévues à l'article XIX en veillant, dans le cas de projets de production, que le caractère concessionnel de certains financements n'en altère pas la rentabilité.

Article XIX

1. Les deux Parties expriment leur vif intérêt pour une plus grande articulation des activités dans le secteur de la coopération pour le développement, compte tenu de toutes les possibilités offertes par la loi italienne 49/87.

2. A cette fin, elles s'efforcent :

D'envisager la possibilité d'affecter à la coopération italo-brésilienne pour le développement un volume de ressources plus important qu'auparavant;

D'élaborer des programmes triennaux permettant de choisir et d'affecter soigneusement des ressources aux secteurs fondamentaux de l'économie et de la société brésiliennes. Lesdits programmes triennaux peuvent aussi être définis sur la base d'un critère de gradation en ce qui concerne le choix des initiatives;

D'effectuer des vérifications périodiques de l'état de la coopération en cours et de la programmation;

D'identifier dans les plus brefs délais possibles les initiatives concrètes à réaliser au moyen soit de dons soit de crédits concessionnels et définies selon les principes fondamentaux suivants :

a) La contribution italienne doit être accompagnée d'une contrepartie brésilienne couvrant tout ou partie des dépenses locales;

b) Les Parties privilégient les initiatives permettant le développement et l'application au Brésil de technologies nouvelles dans le secteur des biens et des services, compte tenu des besoins en matière de formation et de perfectionnement des cadres de niveau universitaire et technique;

c) Elles étudient des initiatives visant à perfectionner la production primaire afin d'optimiser l'exploitation des ressources brésiliennes et d'améliorer le potentiel d'exportation;

d) Les Parties analysent des propositions permettant d'améliorer les conditions sociales et sanitaires, en vue d'atténuer les problèmes de la marginalisation urbaine et rurale;

e) En définissant et en réalisant les projets dans le cadre du présent Accord, les Parties étudient avec une attention particulière les initiatives visant le développement durable, de manière à favoriser l'utilisation rationnelle des ressources naturelles et de protéger l'environnement contre les dégradations qui pourraient le menacer;

f) Elles étudient, de manière bilatérale ou multilatérale, la possibilité d'instituer des mécanismes de cofinancement ou de réaliser des interventions communes de coopération dans des pays tiers en voie de développement, conformément aux intérêts communs des Parties;

g) Les Parties utilisent, en tant que de besoin et selon les formes dont elles peuvent convenir, les activités menées par les organisations non gouvernementales.

CINQUIÈME PARTIE. DES MÉCANISMES INSTITUTIONNELS

Article XX

Les deux Parties collaborent à la mise en œuvre du présent Accord dans le cadre d'une Commission de programmation chargée de signaler les orientations prioritaires à suivre, d'identifier les projets à réaliser et d'indiquer les instruments financiers à employer pour leur exécution, ainsi que de fonctions générales consistant à stimuler et à coordonner les initiatives de coopération entre les deux pays.

Article XXI

La Commission de programmation est présidée à tour de rôle, pour une période d'un an, par un haut fonctionnaire du Ministère des affaires étrangères de chacun des pays. Elle est constituée, en ce qui concerne la Partie italienne, par des représentants des Ministères du Trésor et du commerce extérieur, et d'autres administrations compétentes en la matière. En ce qui concerne la Partie brésilienne, elle est constituée par des représentants du Ministère des finances, du Secrétariat au plan, de la Présidence de la République et d'autres organes compétents en la matière.

Article XXII

1. Dans l'exercice des fonctions que lui confère l'article XX, la Commission de programmation peut également agir par l'intermédiaire des institutions communes prévues par des accords antérieurs.

2. Afin d'assurer l'emploi rationnel et le rendement économique des ressources financières mises en œuvre par les deux pays, les examens de viabilité technico-financière, de même que la phase de décision, doivent employer des méthodes garantissant un choix judicieux.

3. La Commission de programmation peut constituer tout organe de liaison nécessaire pour coordonner les procédures d'approbation des projets prévus par les deux pays. Il a lieu d'examiner en particulier la possibilité de constituer un Comité interbancaire afin de promouvoir des hypothèses de coopération industrielle dans le secteur privé et de fournir à la Commission de programmation des éléments concrets permettant d'en apprécier la validité économique.

Article XXIII

La Commission de programmation se réunit aussi souvent que nécessaire pour accomplir ses fonctions et elle fait périodiquement rapport aux Parties sur l'état d'avancement des initiatives communes.

Article XXIV

Afin de stimuler le développement de la coopération économique, industrielle, scientifique, technologique, technique et culturelle prévue par le présent Accord, et d'étudier des questions économiques d'intérêt commun, des réunions de consultations se tiennent, éventuellement tous les ans, entre le Ministre des affaires étrangères de la République italienne et le Ministre des relations extérieures de la République fédérative du Brésil, ou entre leurs suppléants respectifs.

Article XXV

Aucune disposition du présent Accord ne saurait porter atteinte aux engagements incombant à l'une ou l'autre des Parties au titre d'accords bilatéraux ou multilatéraux en vigueur.

Article XXVI

1. Le présent Accord entre en vigueur au moment où les Parties en échangent les instruments de ratification, il a une durée de trois ans et il est renouvelable par tacite reconduction, à moins qu'il ne soit dénoncé avec un préavis d'au moins six mois.

2. L'Accord continue cependant de déployer ses effets jusqu'à la conclusion des programmes en cours à la date de sa dénonciation.

3. Dans l'attente de la ratification et de l'entrée en vigueur du présent Accord, les Parties s'inspirent, dans leurs rapports réciproques, des principes qui ont présidé à son élaboration.

FAIT à Rome le 17 octobre 1989 en deux exemplaires en portugais et en italien, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative
du Brésil :

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pour le Gouvernement
de la République italienne :

GIANNI DE MICHELIS
